

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12025/04/15000040

<b>Número / Ano</b>	000040/2025
<b>Data / Horário</b>	15/04/2025 - 11:47:39
<b>Ementa</b>	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei de orçamento para o ano de 2026, e dá outras providências.
<b>Autor</b>	MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS - PREFEITO
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO)
<b>Número Páginas</b>	0
<b>Emitido por</b>	sec.camara

Assinado 6x0

**ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ  
GABINETE DO PREFEITO**



**PROJETO DE LEI Nº .....<sup>008</sup>....., de 2025.**

**Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei de orçamento para o ano de 2026, e dá outras providências.**

**Magnum Fernando Cardoso dos Santos, Prefeito do Município de Caxingó-Pi, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:**

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2026, compreendendo:**

- I As orientações gerais de elaboração e execução;**
- II As prioridades e metas operacionais;**
- III As metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal;**
- IV As alterações na legislação tributária municipal;**
- V As disposições relativas à despesa com pessoal;**
- VI Outras determinações de gestão financeira.**

**Parágrafo único – Integram a presente Lei os anexos de metas e de riscos fiscais, bem como o de prioridades operacionais, além de outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.**

**CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Seção I - Das Diretrizes Gerais**

**Art. 2º. A proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como de suas autarquias,**

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**



fundações, empresas dependentes, além dos investimentos das empresas municipais autônomas do Tesouro Municipal, nisso observado os seguintes objetivos:

- I Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;**
- II Buscar maior eficiência arrecadatória;**
- III Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população economicamente vulnerável;**
- IV Prestar assistência à criança e ao adolescente;**
- V Promover o desenvolvimento econômico do Município;**
- VI Melhorar a infraestrutura urbana;**
- VII Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;**
- VIII Reestruturar os serviços administrativos;**

**Art. 3º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as normas da Constituição, Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 4.320, de 1964 e Lei Complementar nº 101, de 2000.**

**§ 1º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:**

- I - o orçamento fiscal;**
- II - o orçamento da seguridade social.**

**§ 2º. O orçamento fiscal e o da seguridade social discriminarão a receita em adendo próprio, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.**

**§ 3º. O orçamento fiscal e o da seguridade social serão desdobrados até o elemento de despesa, tal qual determina o artigo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.**

**§ 4º. Caso o projeto de lei orçamentária seja elaborado por sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo franquear acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal.**

**Seção II Das Diretrizes Específicas**

**Art. 4º. A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 obedecerá às seguintes disposições:**

**I Cada programa detalhará as necessárias ações, identificadas, com valores e metas físicas, sob a forma de Atividade, Projeto ou Operação Especial;**

**II Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as sobreditas ações de governo apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;**

**III A distribuição dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;**

**IV A estimativa da receita considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2025/2026;**

**V As receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2025;**

**VI Novos projetos serão dotados se orçamentariamente supridos os que estão em andamento no exercício de 2025 e desde que atendidos os gastos de conservação do patrimônio público.**

**Art. 5º. As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da Administração indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura (ou órgão equivalente) suas propostas parciais até 30 de junho de 2025.**

**Art. 6º - A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 29 de julho de 2025.**

**Art. 7º - Para atender ao art. 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados não menos que 2 % da receita às despesas de proteção da criança e do adolescente.**

**ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ  
GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 8º - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência equivalente a 3 % da receita corrente líquida, conforme o apresentado no Anexo de Riscos Fiscais, que acompanha a presente Lei.**

**Art. 9º - Em adição às reservas prescritas nos artigos 8º, o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) conterá reserva de contingência em valor equivalente ao esperado superávit do regime próprio de previdência social.**

**Art. 10 - Até o limite de 18 % da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.**

**Parágrafo único- Para os fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, no âmbito da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.**

**Art. 11 - Nos moldes do art. 165, § 8º da Constituição e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 50 % para abertura de créditos adicionais suplementares.**

**§ 1º - Do percentual facultado no caput, 80% (oitenta por cento) estarão vinculados a créditos suplementares financiados pela anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 1964.**

**§ 2º - Do percentual facultado no caput, 20% (vinte por cento) estarão vinculados a créditos suplementares financiados pelo superávit financeiro do exercício de 2024, excesso de arrecadação ou por operações de crédito, tudo conforme o art. 43, § 1º, I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 1964.**

**ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ  
GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 12. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo ainda as entidades pretendentes submeter-se ao que segue:**

- I Atendimento direto e gratuito ao público;**
- II Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;**
- III Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;**
- IV Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011.**
- V Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo.**
- VI Salário dos dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito.**

**Parágrafo Único- O repasse às entidades do terceiro setor será precedido pela lei específica de que trata o artigo 26, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e por expressa manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.**

**Art. 13. O custeio de despesas estaduais e federais se realizará nos moldes apresentados em anexo que acompanha esta Lei.**

**Art. 14- As despesas de publicidade e propaganda, do regime de adiantamento, de representação oficial, de locação de veículos e as relativas a obras aprovadas no orçamento participativo estarão todas destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita sua clara identificação.**

**Art. 15- Até 5 (cinco) dias úteis após o envio à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará, na Internet, o projeto de lei orçamentária, resumindo-o em face dos seguintes agregados:**

**ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ  
GABINETE DO PREFEITO**



- I Órgão orçamentário;**
- II Função de governo;**
- III Grupo de natureza de despesa.**

**Art. 16-** Na persistência do isolamento requerido pela crise epidêmica, serão virtuais as audiências públicas determinadas no art. 48, parágrafo único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** – No sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, serão apresentados os projetos que poderiam ser iniciados no exercício de 2026, promovendo-se, em seguida, votação eletrônica dos munícipes, devidamente identificados.

**Art. 17** – Ficam proibidas as seguintes despesas:

- I Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;**
- II Novas obras, se não atendidas as que estão em andamento;**
- III Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário agente político ou servidor municipal em atividade;**
- IV Obras cujo custo global supere as médias apresentadas em consagrados indicadores da construção civil;**
- V Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;**
- VI Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;**
- VII Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;**
- VIII Pagamento de sessões extraordinárias aos vereadores;**
- IX Pagamento de verbas de gabinete aos vereadores;**
- X Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal entre outros brindes;**
- XI Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros;**
- XII Custeio de pesquisas de opinião pública.**

**Seção III Da Execução do Orçamento**

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 18.** Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

**§ 1º.** As receitas serão desdobradas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se evidenciarão sob metas mensais.

**§ 2º.** A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

**§ 3º.** A programação financeira e o cronograma de desembolso compreendem o Poder Legislativo e o Poder Executivo, neste incluídas as autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro Municipal.

**Art. 19.** Caso haja frustração da receita prevista e, comprometimento dos esperados resultados fiscais, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

**§ 1º.** A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo no total das verbas orçamentárias;

**§ 2º.** Da restrição serão excluídas as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.

**§ 3º.** A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

**Art. 20.** Desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão proibir:



**ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ  
GABINETE DO PREFEITO**



- I- Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;**
- II- Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;**
- III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**
- IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:**
  - a) a reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;**
  - b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;**
  - c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;**
- V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;**
- VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;**
- VII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);**
- VIII- Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.**

**Art. 21. Para isenção dos procedimentos requeridos no art. 16, da Lei de Complementar nº 101, de 2000, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites do art. 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.**

**Art. 22 Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000.**

**Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.**

### **CAPÍTULO III - DAS PRIORIDADES E METAS**

**Art. 23.** As metas e as prioridades para 2026 são as especificadas no Anexo que integra esta lei.

### **CAPÍTULO IV - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 24.** O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I** Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
- II** Revogação das isenções tributárias que não mais atendam ao interesse público e à justiça fiscal;
- III** Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas custeados;
- IV** Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;
- V** Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;
- VI** Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

### **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA DE PESSOAL**

**Art. 25.** O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, o que alcança:

- I** Revisão ou aumento na remuneração;
- II** Concessão de adicionais e gratificações;
- III** Criação e extinção de cargos;
- IV** Revisão do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria do serviço público.

**Parágrafo único** – As iniciativas autorizadas neste artigo dependerão de saldo orçamentário, obedecidas às restrições apresentadas no artigo 21 desta lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 26.** Na hipótese de superação do limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras ocorrerá somente em casos de calamidade pública, após a edição do respectivo decreto municipal.

**Art. 27.** Dependentes de transferências financeiras da Prefeitura, as autarquias, fundações e empresas municipais deverão reduzir, em % (10), a despesa com pessoal (desde que tal gasto já tenha ultrapassado o limite prudencial (51,30% da RCL) e o Poder Executivo não conte com as dilação, em 10 anos, do regime especial de recondução da despesa laboral – Lei Complementar nº 178, de 2021).

**Art. 28.** Fica autorizada a realização de concurso público/processo seletivo, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, desde que respeitadas os limites dispostos na Lei Complementar nº 101/2000, e observando-se ainda, as seguintes condições.

- I.** Existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher;
- II.** Houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

#### **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 29 -** Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite do art. 29-A da Constituição.

**§ 1º.** Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão afastadas.

**ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ  
GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 30 – Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.**

**Art. 31. Ao final de cada mês, a Câmara Municipal recolherá, na Tesouraria da Prefeitura, a parcela não utilizada do duodécimo anterior, bem como as retenções do Imposto de Renda e do Imposto sobre Serviços, entre outros valores não utilizados.**

**Art. 32. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados sob o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.**

**Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.**

**Art. 33. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.**

**Art. 34. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de Caxingó, 15 de abril de 2025.**

**Magnum Fernando Cardoso dos Santos  
Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ – PI

CNPJ: 01.945.758/0001-65

RUA DOMINGOS NERIS, 53 – CENTRO



<http://www.caxingo.pi.leg.br>

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, CIDADANIA E JUSTIÇA – CCJ

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 008/2025

#### RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Justiça e Redação,

O Vereador que este subscreve, atendendo ao respeitável despacho de Vossa Excelência., analisando o Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Executivo, que:

Dispõe sobre a “**DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, tem a relatar o que se segue:

O projeto vem a esta Comissão de Justiça e Redação, para análise, sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em obediência ao disposto no art. 154, § 1º, inciso IV do Regimento Interno.

Trata-se de proposição de lei, que estima a elaboração das Diretrizes do Orçamento do Município de Caxingó/PI para o exercício financeiro de 2026. Lido em Plenário no dia 09 de maio do corrente ano, durante a 6ª Sessão Ordinária, opinando pela aprovação.

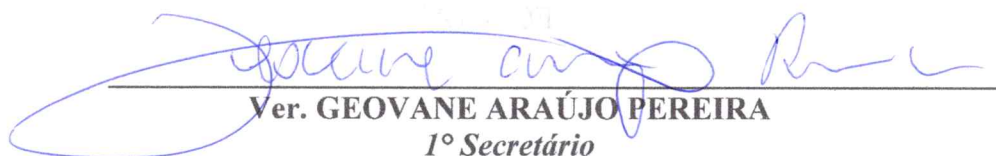
#### CONCLUSÃO

Em análise ao Parecer Legislativa, tenho que a propositura está apta quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, assim opino, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente.

ISTO POSTO, sou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 008/2025 de autoria do Executivo

É o que tenho manifestar.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2025.

  
Ver. GEOVANE ARAÚJO PEREIRA  
1º Secretário



(86) 3332 0017



[camara@caxingo.pi.leg.br](mailto:camara@caxingo.pi.leg.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ – PI

CNPJ: 01.945.758/0001-65

RUA DOMINGOS NERIS, 53 – CENTRO

 <http://www.caxingo.pi.leg.br>

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, CIDADANIA E JUSTIÇA – CCJ

---

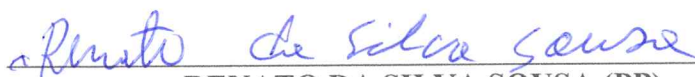
### VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Executivo, que dispõe sobre: “**AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, em conformidade com as conclusões do relatório exarado pelo Secretário **GEOVANE ARAÚJO PEREIRA**, opina por sua **APROVAÇÃO**, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente, bem como atende aos interesses da Administração Pública Municipal.

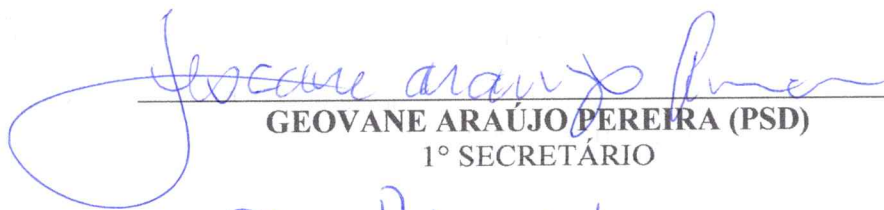
Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente.

É o nosso Parecer.

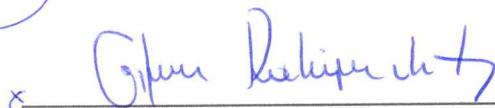
Sala das Comissões, 14 de maio de 2025.



**RENATO DA SILVA SOUSA (PP)**  
PRESIDENTE



**GEOVANE ARAÚJO PEREIRA (PSD)**  
1º SECRETÁRIO



**GILMAR RODRIGUES DOS SANTOS (PSD)**  
2º SECRETÁRIO







CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ – PI

CNPJ: 01.945.758/0001-65

RUA DOMINGOS NERIS, 53 – CENTRO



<http://www.caxingo.pi.leg.br>

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 008/2025

### RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos.

O Vereador que este subscreve, atendendo ao respeitável despacho de Vossa Excelência., analisando o Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Executivo, que:

Dispõe sobre a “**AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, tem a relatar o que se segue:

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Orçamentos, para análise, sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em obediência ao disposto no art. 154, § 1º, inciso IV do Regimento Interno.

Trata-se de proposição de lei, que estima a elaboração do Orçamento do Município de Caxingó/PI relativo ao exercício financeiro de 2026. Lido em Plenário no dia 09 de maio do corrente ano, durante a 6ª Sessão Ordinária, opinando pela aprovação.

### CONCLUSÃO

Em análise ao Parecer Legislativa, tenho que a propositura está apta quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, assim opino, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente.

ISTO POSTO, sou pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e no mérito, pela conveniência e oportunidade da aprovação total do Projeto de Lei nº 008/2025 de autoria do Executivo

É o que tenho manifestar.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2025.

*Daiana de Carvalho Almirante*

Ver. DAIANA DE CARVALHO ALMIRANTE

1º Secretária



(86) 3332 0017



[camara@caxingo.pi.leg.br](mailto:camara@caxingo.pi.leg.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ – PI

CNPJ: 01.945.758/0001-65

RUA DOMINGOS NERIS, 53 – CENTRO

 <http://www.caxingo.pi.leg.br>

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO

---

### VOTO

A Comissão de Finanças e Orçamentos, por seus membros infra-assinados, após analisar o Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Executivo, que dispõe sobre: “**AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, em conformidade com as conclusões do relatório exarado pelo Secretária Vereadora Daiana de Carvalho Almirante, opina por sua **APROVAÇÃO**, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente, bem como atende aos interesses da Administração Pública Municipal.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente.

É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2025.

---

**GILMAR RODRIGUES DOS SANTOS (PP)**  
PRESIDENTE

---

**DAIANA DE CARVALHO ALMIRANTE (PP)**  
1º SECRETÁRIA

---

**ARABELA DE ARAÚJO MACHADO (PSD)**  
2º SECRETÁRIA

